



**CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM**  
UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO

# **CADERNO DE ENCARGOS**

## **AJUSTE DIRETO**

-

**CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE SINALÉTICA E JORNAL PARA O  
FESTIVAL DO CONTRABANDO 2025**

### Cláusula 1ª

#### Objeto

O presente Caderno de Encargos tem como objeto a **Criação e impressão de sinalética e jornal para o Festival do Contrabando 2025.**

### Cláusula 2ª

#### Forma e documentos contratuais

1. O contrato não será reduzido a escrito, nos termos dos artigos 94º e 95.º Código dos Contratos Públicos, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e retificado pelas Declarações de Retificação n.º 36 – A/2017, de 30 de outubro, e n.º 42/2017, de 30 de novembro, adiante designado por CCP.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno do Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão do contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno do Encargos;
  - c) O presente Caderno do Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

### Cláusula 3ª

#### Prazo

O fornecimento deve ser efetuado até ao dia **1 (um) de abril**, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato

**Cláusula 4ª**

**Obrigações do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) O adjudicatário obriga-se a executar os serviços de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
- b) Obrigação de prestação dos serviços de acordo com as especificações técnicas anexas ao presente caderno de encargos;
- c) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
- d) Prestar o serviço no âmbito da **Criação e impressão de sinalética e jornal para o Festival do Contrabando 2025**, à entidade adjudicante, de acordo com as características, prazos de entrega e requisitos dos mesmos definidos no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- e) Não alterar as condições de prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do contrato;
- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução dos serviços;
- i) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- j) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução dos serviços, nem utilizar as mesmas para

fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

- k) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas.
- l) Obrigação de manutenção dos preços unitários da proposta.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Obrigações da entidade adjudicante**

1. Constituem obrigações da entidade adjudicante:
  - a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Conformidade e operacionalidade dos serviços e bens**

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os serviços e bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo Técnico do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem estar em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua conservação.
3. O adjudicatário é responsável perante o adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

#### **Cláusula 7ª**

##### **Entrega dos bens objeto do contrato**

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues, até ao dia **1 (um) de abril**, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação.
2. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da respetiva montagem/exposição, bem como dos serviços associados são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Artigo 8º**



### **Patentes, licenças e marcas registadas**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito dos serviços, de patentes, licenças ou marcas registadas.

### **Artigo 9º**

#### **Alterações aos serviços**

1. Qualquer alteração dos serviços deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
  - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que a prestação de serviços;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;
  - c) Razões de interesse público.
4. A alteração dos serviços requisitados não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

### **Cláusula 10ª**

#### **Cessão da posição contratual**

A cessão da posição contratual obedece ao disposto nos artigos 317.º a 319.º do CCP.

### **Cláusula 11ª**

#### **Preço base**

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto dos serviços a prestar é de **€ 7.319,00 (sete mil trezentos e dezanove euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

**Cláusula 12ª**

**Preço anormalmente baixo**

Para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 71.º, do CCP, o preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo quando seja inferior a 50% do preço base do procedimento.

**Cláusula 13ª**

**CrITÉRIOS de Adjudicação**

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da seguinte modalidades: monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

**Cláusula 14ª**

**Preço e condições de pagamento**

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. As quantias devidas pelo Município, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As quantias devidas pelo Município, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
5. Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

**Cláusula 15ª**

**Boa-fé**

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução dos serviços e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

#### **Cláusula 16ª**

##### **Uso de sinais distintivos**

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

#### **Cláusula 17ª**

##### **Local**

O serviço a prestar será efetuado nas instalações do adjudicatário, sitas na Rua João do Nascimento Costa Nº8B, 1900-269 Lisboa, e no concelho de Alcoutim.

#### **Cláusula 18ª**

##### **Caução**

A caução não é exigível nos termos do preceituado pelo n.º 2, do artigo 88º do CCP.

#### **Cláusula 19ª**

##### **Resolução sancionatória por incumprimento contratual**

O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução dos serviços.

#### **Cláusula 20ª**

##### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos trabalhos objeto do contrato, ou o não cumprimento das especificações definidas para os mesmos, o Município de Alcoutim pode exigir do prestador de serviços o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária, no montante de 1% do valor da prestação por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e o Município de Alcoutim decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, e quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por

referência o preço do seu período de vigência inicial, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Alcoutim tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Alcoutim pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Alcoutim exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do prestador de serviços.

#### **Cláusula 21ª**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;



- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
  - 5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
  - 6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
  - 7. Sem prejuízo do disposto no número 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou de 1 (um) mês no caso do adjudicatário, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.º do CCP.

#### **Cláusula 22ª**

##### **Resolução por parte do contraente público**

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do CCP, o Município de Alcoutim pode resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:
  - a) Atraso na conclusão dos serviços contratualizados superior a dez dias;
  - b) Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos nos anexos ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
  - c) Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente caderno de encargos.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

#### **Cláusula 23ª**

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

O prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

#### **Cláusula 24ª**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes é admissível de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 25ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

À atenção de:

Câmara Municipal de Alcoutim

Rua do Município, 12, 8970-066 Alcoutim

Fax: 281546363

E-mail: [geral@cm-alcoutim.pt](mailto:geral@cm-alcoutim.pt)

#### **Cláusula 26ª**

##### **Cláusula arbitral e foro competente**

Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução dos serviços que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido pelo Tribunal Administrativo de Loulé.

**Cláusula 27ª**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 28ª**

**Direito aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do CCP.

## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 1. ÂMBITO E OBJETO

Pretende-se a **Criação e impressão de sinalética e jornal para o Festival do Contrabando 2025**.

Pretende-se que os serviços referidos anteriormente se desenvolvam nas instalações do adjudicatário, sitas na Rua João do Nascimento Costa Nº8B, 1900-269 Lisboa, e no concelho de Alcoutim, de acordo com a regulamentação vigente e as indicações da Câmara Municipal de Alcoutim.

#### 2. ELEMENTOS BASE

Neste capítulo enumeram-se os trabalhos objeto da **Criação e impressão de sinalética e jornal para o Festival do Contrabando 2025**.

##### 2.1. AQUISIÇÃO E IMPRESSÃO DE MATERIAIS

Aquisição, impressão e entrega dos seguintes materiais:

- 45 unidades - Criação, impressão e fornecimento de sinalética e colocação em placas de cliente;
- 12 unidades- Criação, impressão e fornecimento de Bolsas para Estruturas de ferro adaptadas;
- 3000 unidades - Criação, impressão de jornal **#Corneta do Guadiana**”, com notícias diversificadas e de época (anos 30 a 50 do século XX), referentes aos territórios e regiões/países.

#### 3. CONDIÇÕES GERAIS

##### 3.1. Condições de Entrega

Os serviços inerentes à **Criação e impressão de sinalética e jornal para o Festival do Contrabando 2025**, a executar segundo as melhores regras técnicas, sejam entregues completos e prontos a serem utilizados.

Todos os trabalhos a serem entregues deverão ser identificados e devidamente acondicionados.

### 3.2. Produção

No âmbito da **Criação e impressão de sinalética e jornal para o Festival do Contrabando 2025**, a concretização da aquisição de serviços implica:

Q	Serviço	Especificações técnicas
45 unidades	Criação, impressão e fornecimento de sinalética e colocação em placas de cliente	vinil e laminação poliméricos com 700x250mm
12 unidades	Criação, impressão e fornecimento de Bolsas para Estruturas de ferro adaptadas	tecidos impressos com 1790x2200mm
3000 unidades	Criação, impressão de jornal #Corneta do Guadiana”, com notícias de época	FT. 297x420 mm em IOR 190 Grs c/ 8 Pgs (Capa Incluída) a 1/1 cores (PRETO) Acabamento: Corte Simples + Agrafado c/ 2 Pontos de Arame

#### 3.2.1. Trabalhos não incluídos

Só não se considerarão na **Criação e impressão de sinalética e jornal para o Festival do Contrabando 2025**, os trabalhos que sejam explicitamente excluídos em qualquer documento do contrato.

#### 3.2.2. Exclusões e restrições

O adjudicatário está obrigado ao cumprimento integral das normas e condições impostas explicitamente no Caderno de Encargos e, bem assim, a todas aquelas outras que, implicitamente, sejam consideradas complementos correntes e necessários para a execução da aquisição de serviços em perfeitas condições técnicas.

### 3.3. Garantias especiais exigidas

Após conclusão de todos os trabalhos inerentes à **Criação e impressão de sinalética e jornal para o Festival do Contrabando 2025**, inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o adjudicatário está obrigado a corrigir todos os defeitos do material.

#### 4. COMENTÁRIO FINAL

Em tudo o omissa no presente no Caderno de Encargos – Anexo I, devem ser observadas as normas, regulamentos, regras da área de negócio, indicações dos fabricantes, indicações do distribuidor e do requerente.